

**UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA E A POSIÇÃO DA GESTÃO  
ESCOLAR DIANTE DOS DESAFIOS PARA  
PREPARAÇÃO DE TODA EQUIPE E  
AMBIENTE ESCOLAR.**

Escrito por:

**Maria Clara Quintanilha Martins Costa**

Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Teresa  
D'Ávila – UNIFATEA. Professora da Educação Básica

**Lúcio Mauro da Cruz Tunice**

Graduado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de  
Lorena – UNISAL. Licenciado em Pedagogia pelo Centro  
Universitário Teresa D'Ávila – UNIFATEA. Pós graduado  
em Formação Docente para o Ensino Superior - UNISAL.  
Mestre em Educação - UNITAU. Professor no UNIFATEA



Imagem de  
asier\_relampagoestudi  
o no Freepik

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma reflexão sobre a posição da gestão escolar diante dos desafios para preparação de toda equipe e ambiente escolar para receber e incluir alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular, sob a perspectiva da revisão de literatura, como possibilidade de conhecimento de pensamentos e reflexão. Observar e analisar os principais desafios dos gestores e dos educadores para atender as necessidades específicas desses alunos e tornar seu processo de formação significativo. Sabe-se que dentro do ambiente escolar é importante que os gestores e educadores estejam conscientizados para receber cada aluno com deficiência como um ser único, com seu próprio tempo de aprendizado, respeitando cada etapa do seu processo e contribuindo para que suas necessidades sejam cessadas com êxito. Os resultados encontrados poderão gerar reflexões sobre as ações pedagógicas, gestonárias e administrativas para efetivação dos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

**Palavras-chave:** Reflexão; Gestão escolar; Educação Inclusiva; Desafios; Ambiente Escolar

**Abstract:** This article proposes a reflection on the position of school management in the face of the challenges of preparing the entire team and school environment to receive and include students with special needs in regular education, from the perspective of literature review, as a possibility of knowledge of thoughts and reflection. Observe and analyze the main challenges for managers and educators to meet the specific needs of these students and make their training process meaningful. It is known that within the school environment it is important that managers and educators are aware of how to welcome each student with disabilities as a unique being, with their own learning time, respecting each stage of their process and contributing to their needs being met with success. The results found may generate reflections on pedagogical, management and administrative actions to enroll students with disabilities in the regular education network.

**Keywords:** Reflection; School management; Inclusive education; Challenges; School environment

## INTRODUÇÃO

Diversos desafios diários são enfrentados pela gestão escolar dentro do ambiente escolar, destacando-se o que diz respeito a inclusão dos alunos deficientes, sendo eles falta de formação continuada e ativa dos professores e profissionais, dificuldade de aceitação dos colegas dentro de sala de aula e até mesmo dos professores, escassez de materiais adaptados, falta de sala de recursos e profissionais clínicos e especializados como psicopedagogos, terapeutas, fonoaudiólogos e psicólogos que junto com os professores poderão proporcionar ao aluno deficiente um ensino de qualidade. Todos esses desafios, se não forem enfrentados e solucionados, distanciam cada vez mais a escola de cumprir sua obrigação jurídica de virar um ambiente inclusivo. Carvalho (2014), afirma que:

A escola será um espaço inclusivo se, nela, suas dimensões físicas: nas salas de aula, nas dependências administrativas, nas áreas externas e em outros aspectos que envolvam sua arquitetura e engenharia, permitirem acessibilidade física com maior autonomia possível, em especial para alunos com deficiência (Carvalho, 2014, p. 96).

A atenuação desses desafios que a gestão enfrenta para tornar a escola apropriada é um passo decisivo na inclusão de alunos deficientes, e para que eles sejam solucionados é importante que a escola se adapte como um todo, não só cumprindo suas obrigações jurídicas e seguindo as políticas públicas federais mas também quebrando os preconceitos e as limitações de todos que estão inseridos no âmbito escolar, a respeito da educação inclusiva e dos alunos com deficiências, garantindo-lhes todos os seus direitos educacionais.

Um dos principais desafios dos gestores e educadores, diz respeito à inclusão de alunos com necessidades especiais, sendo de responsabilidade dos gestores educacionais garantir e efetivar o acesso desses alunos na escola regular de ensino, proporcionando condições necessárias para que a inclusão ocorra com qualidade e igualdade de ensino e aprendizagem.

As escolas regulares de ensino, estão recebendo cada vez mais alunos com deficiência, e há uma grande preocupação por parte dos gestores e educadores com o preparo das escolas e profissionais para recebê-los de forma acolhedora e assegurando um ensino de qualidade e um processo de desenvolvimento e formação significativo.

De acordo com a Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014 que oferece para sociedade o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2014 a 2024, tendo como principal objetivo garantir uma educação de qualidade e gratuita para todos. Quanto a educação inclusiva, o Plano Nacional, na meta quatro, se importa em:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades

ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

O direito à educação de qualidade é garantido aos alunos com deficiência por lei, e sua matrícula na rede regular de ensino também, o é por isso que os gestores devem estar cada dia mais preparados para recebê-los e toda equipe escolar harmonizada para garantir uma educação de qualidade e assegurar seus direitos de maneira efetiva.

Os gestores devem estar sempre preocupados e atentos às demandas dentro do âmbito escolar. Para atender educandos portadores de deficiência, é preciso criar bases com outros profissionais clínicos da área (psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e psicólogos infantis) para que eles possam instruir todos da equipe escolar, assim como os pais e a comunidade escolar.

Assegurar aos alunos com deficiência o direito à escola regular de ensino é essencial para seu desenvolvimento escolar e pessoal, dando a ele oportunidades de aprender com o meio em que está inserido e com todos que dele fazem parte, ao se sentir seguro, confiante e acolhido na escola e na sociedade seu progresso será cada vez maior, trazendo reflexos positivos para seu dia a dia.

Com isso, os gestores e educadores devem buscar a conscientização da importância de preparar o ambiente escolar como um todo, para que possamos compreender cada aluno como um ser único e construtor da sua jornada escolar.

## **UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A inclusão escolar de alunos com deficiência revela a cada ano, importância maior dentro do ambiente escolar. Durante toda história percebemos uma grande exclusão social de todos aqueles indivíduos que possuíam algum comprometimento. Eram banidos da sociedade que pertenciam, através da morte. Hoje em dia, esse ato é proibido, porém a exclusão ainda existe de maneira subjetiva e subliminar, principalmente nas escolas, com as crianças com deficiência, gerando assim uma exclusão sutil. Falando ainda sobre o contexto histórico da inclusão, foi durante o século XX que ocorreram vários movimentos que apresentaram uma nova perspectiva para o processo de inclusão. O primeiro deles surge na Austrália a respeito da reserva de cotas para deficientes. Outros países como Alemanha, França e Itália também aderiram a porcentagem de cota, para veteranos da guerra que eram deficientes, atendendo assim acordos da I Grande Guerra Mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, Reino Unido, Holanda, Bélgica, Grécia e Espanha adotaram sistemas de cota, ampliando para outros tipos de deficiência. No entanto, essas medidas foram somente o início para o embate do problema inclusão.

O segundo deles está ligado à Conferência Mundial sobre Educa-

ção para todos. Em 1990, aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para todos, em Jomtiem, na Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (Mazzota, 2005, p.9)

Através deste segundo movimento a educação inclusiva começa ganhar força e as necessidades básicas de aprendizagem se satisfazem. Um terceiro movimento muito importante foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na cidade de Salamanca na Espanha. Durante essa conferência surge a Declaração de Salamanca, tendo como conteúdo os princípios, políticos e práticas na área das necessidades educativas especiais:

4- A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma: ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanente, sobre a qual os países podem construir sistematicamente níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA,2014, p.120).

Complementando o que foi transcrito na Declaração de Salamanca, Sasaki (1997) nos diz:

A inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino é questão central nessa Declaração. Assim [...] os jovens com necessidades educacionais especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição de escola para a vida adulta produtiva (Sasaki, 1997, p.115).

Essas são, em maior parte, as mais significativas mudanças ocorridas nos últimos anos do século XX, com relação ao processo de inclusão, essas mudanças trouxeram viçosos desafios para os países membros da Organização das Nações Unidas-ONU. Com isso, todos os países membros da organização deveriam moldar sua legislação para atender todos aqueles postergados socialmente, seja em termos econômicos, educacionais e culturais.

## **UM SINGELO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

A partir desse enredo são constituídas no Brasil as primeiras instituições especializadas com práticas e objetivos semelhantes ao contexto europeu, com forte apelo assistencial. Em termos legislativos, no país, o documento fundamental que passa a exigir o respeito ao diferente, à diversidade e à cultura é a Constituição Federal de 1988, um outro objetivo dessa lei geral é “a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”.

O processo de inclusão na educação, no lazer, no transporte, quando isso acontece, pode falar em educação inclusiva, no lazer inclusivo, no transporte inclusivo e assim por diante. Uma outra forma de referência consiste em dizermos, por exemplo, educação para todos, lazer para todos, transporte para todos (Sasaki, 1997, p.42).

Além disso, outro ponto de extrema importância é que a Constituição Federal de 1988, promove e assegura a todos, é o direito à educação. Alguns anos depois com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, reforça ainda mais o direito à educação, estabelecendo a educação infantil como primeira fase da educação básica, que tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, sem seus aspectos psicológicos, intelectual, social e físico.

Ao considerar a proposta da educação inclusiva no Brasil, referendada em suas políticas educacionais, entendemos que a ação de reorganização da escola para receber alunos com deficiência e garantir a eles um processo de aprendizado significativo tem que começar na educação infantil, por esta, conforme prescrito na lei, a primeira fase da educação. Segundo Mendes (2010, p.47-48),

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade de interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

Atualmente no país, a criança com necessidades especiais tem seu acesso ao ensino regular, bem como a diferenciação curricular para casos singulares, garantido por lei. Toda criança deve ter seus direitos garantidos e as escolas, de acordo com as obrigações explícitas nas leis, devem acolher de forma afetiva e significativa todos os alunos e aos alunos com deficiência é essencial que a instituição de ensino tenha condições efetivas e esteja preparada como um todo para receber esses alunos e ressaltar suas potencialidades durante seu processo de formação e desenvolvimento no ensino básico.

Sabe-se que dentro de uma sala de aula para garantir o aprendizado dos alunos com deficiência, deve haver uma quantidade específica de alunos. A distribuição do número de alunos com deficiência em salas de aula, é um dos grandes desafios das Unidades Escolares. Embora alguns sistemas de ensino regulamentem tal matéria, de modo que se garanta efetivamente a inclusão, a eficiência e os estudantes tenham total aproveitamento dos conteúdos. Segundo Mantoan (2008) "A inclusão implica em uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo".

Em analogia com a autora, observa-se a necessidade de políticas públicas voltadas para as mudanças necessárias no ambiente escolar, para a melhorar e assegurar o ingresso dos alunos com deficiência na rede regular de ensino. Propõe-se para que haja melhorias, que em uma sala com 20 alunos tenha somente um único com deficiência, caso existam de dois a três alunos com deficiência o número de matrículas deve ser limitado a 15 alunos com a possibilidade de adquirir um professor auxiliar. Essas propostas já estão em vigor na Lei N°15.830/2015 do Estado de São Paulo. Destacando-se os artigos:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a limitar, em até 20 (vinte) alunos, o número de matrículas das salas de aula do ensino público fundamental e médio que têm matriculado 1 (um) aluno com necessidades especiais.

Parágrafo único - No caso de aplicação do disposto no "caput" deste artigo e na hipótese de o número de alunos com necessidades especiais ser igual a 2 (dois) ou 3 (três), as demais matrículas não poderão ultrapassar 15 (quinze) alunos.

Artigo 2º - O número de alunos das salas de aula do ensino privado fundamental e médio que têm matriculado 1 (um) ou 2 (dois) alunos com necessidades especiais fica limitado a 20 (vinte) matrículas.

Artigo 3º - As salas de aula do ensino médio ou fundamental que têm matriculados 2 (dois) alunos com necessidades especiais, dependendo do grau de dependência desses alunos, poderão ter um professor auxiliar ajudando o professor regente. (SÃO PAULO.2015).

Observa-se a importância de se estabelecer políticas públicas para garantir a todos indivíduos com deficiência o seu acesso e permanência nos espaços escolares. Cada município é capaz de escolher parâmetros e números para formação das turmas, levando sempre em consideração a proporção de alunos com deficiência em cada classe.

Assegurando assim o reconhecimento das diferenças encontradas dentro de sala de aula e buscando novas estratégias pedagógicas para suprir as necessidades de cada aluno e da turma como um todo, garantindo excelência no seu processo de formação educacional.

Vale registrar que a proporcionalidade do número de alunos nas salas de aula, visa a contribuir para a garantia do processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. Cada aluno tem seu ritmo de aprendizagem, posto que cada aluno deve ser visto como um ser único, que tem seu próprio processo de aprendizado de acordo com seu tempo. Os alunos com deficiência não aprendem menos, eles aprendem no seu ritmo de acordo com as suas características pessoais, interesses, dificuldades e resistências, que devem ser observadas diariamente pelos professores, dessa forma poderão ser traçadas novas estra-

tégias pedagógicas para eficiência no processo aprendizagem de toda turma. O professor deve ter sempre em mente que toda criança é capaz de aprender.

Nossas ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. (Mantoan, 2003, p. 20).

A autora permite a reflexão sobre a importância de ações educativas que trazem como eixo as diferenças e a aprendizagem participativa que traz sentido para os alunos. Nesse contexto percebemos que todos os alunos aprendem de maneira igual quando são traçadas estratégias pedagógicas que o valorizem, e o coloque como protagonista do seu aprendizado.

Vale ressaltar que:

Temos, então, de reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas; enfim, precisamos construir uma nova ética escolar, que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social e, por que não, planetária! (Mantoan, 2003, p. 20-21).

Não são as diferenças que fazem os alunos aprenderem menos ou mais, todos são capazes de aprender, é quem está no direcionamento que deve ressaltar cada vez mais as qualidades de cada estudante, trazendo apoio, afetividade, força e incentivo.

O sistema educacional brasileiro ainda apresenta falhas e despreparo para recepção e permanência dos estudantes com deficiência, por isso é importante que as políticas públicas sejam colocadas em prática e as desigualdades sociais presentes no cotidiano das escolas fiquem cessadas e o capacitismo criando em volta dos alunos com deficiência seja extinto e possamos entender que todos somos iguais e capazes de aprender. Então, como expõe Santos (1995), é preciso que tenhamos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.

Uma peça fundamental no processo de desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência é a presença da família, que deve ser acolhida, amparada, ouvida e motivada a contribuir e participar do processo pedagógico, gerando assim uma grande interação com a criança. O incentivo dos pais é essencial para prática de assimilação da criança.

A inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e as barreiras atitudinais, bem como a compreensão da diversidade no desenvolvimento infantil (Arruda; Almeida, 2014, p. 16)

O vínculo entre a família e a escola é essencial no seu desenvolvimento, porém muitas vezes existe uma grande evasão nesse relacionamento, ocasionando barreiras na inclusão das crianças e adolescentes nos diversos ambientes sociais que eles estão inseridos e principalmente no ambiente escolar.

Os pais e familiares de alunos com deficiência carecem de informações sobre os recursos e serviços existentes para tratamento, educação e auxílio para seus filhos, além de entendimento sobre as leis que protegem os direitos do indivíduo com deficiência. A escola pode ser um meio importante na busca por essas informações a respeito da inclusão, o seu principal objetivo deve ser ajudar os pais a lidar com as adversidades decorrentes das deficiências, ouvindo as dúvidas e questionamentos; promover maior aceitação do problema; cuidar dos sentimentos e das atitudes e promover a socialização da criança em ambientes além do escolar. Os familiares vão atuar no contexto social do estudante transmitindo ensinamentos, cultura e valores, elementos fundamentais na sua construção como cidadão ativo na sociedade e no seu desenvolvimento pedagógico no ambiente escolar. Segundo Mittler (2003) "A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e corações".

A escola para se tornar inclusiva, precisa romper muitas barreiras que ainda existem nas instituições de ensino tradicionais, para que todos os estudantes tenham acesso a todos os espaços presentes na escola. Não deve ser pensado somente na acessibilidade dos espaços físicos, mas também em todas as condições necessárias para garantir a aprendizagem de todos os alunos, especialmente os alunos com necessidades físicas e pedagógicas especiais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observamos, nesse estudo, que a gestão enfrenta diversos desafios no que diz respeito a preparação do ambiente escolar como um todo para recepção dos alunos com deficiência e na busca pela escola inclusiva. As gestões ainda possuem um viés tradicional, resistindo muito às mudanças ocasionadas pela inclusão, que só será efetivada a partir dos momentos que as gestões se tornarem permanentemente democráticas e participativas, permitindo que a escola seja construída com a colaboração de todos e rompendo as barreiras colocadas na inserção da inclusão como proposta de celebrar e acolher a diversidade dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, dois principais desafios do gestor para preparar as escolas para a implantação da educação inclusiva. O primeiro deles é a formação continuada dos professores, ela precisa ser promovida, motivada, orientada e incentivada pelo gestor, é necessário conscientizar os professores da importância de rever suas práticas e ressignificá-las constantemente através do conhecimento. Todo dentro da instituição de ensino tem que conhecer sobre o que estão fazendo, os aspectos legais, o conhecimento teórico e prático, desta forma se tornarem agentes de transformação, no processo de transição da Educação Tradi-

cional para a Educação Inclusiva, que já vem quebrando inúmeros paradigmas.

O segundo deles é o trabalho coletivo, a colaboração precisa ser efetiva, os gestores, professores e pais devem estar em sintonia, trocando experiências e saberes, compreendendo sempre a importância do vínculo estabelecido entre eles para o processo de formação e desenvolvimento de todos os alunos, especialmente os com necessidades especiais de aprendizagem. O gestor deve realizar um trabalho integrado visando a transformação da escola, acreditando sempre que se é possível trabalhar em equipe, a partir do momento que nos colocamos no lugar do outro.

Assim acreditamos que o presente trabalho de pesquisa, permitirá que os gestores tenham uma visão cada vez mais ampla do processo de inclusão, e que através dos apontamentos feitos pelas entrevistadas possam buscar cada vez mais ouvir todos que estão inseridos no âmbito escolar e tenham a consciência que as instituições de ensino só serão acolhedoras a partir de um processo envolvido com a inclusão, especialmente com os alunos com deficiência vindo a ser uma escola aberta que celebra a diversidade, abraçando as diferenças e sua gestão genuinamente democrática. A inclusão é um sonho possível (Mantoan,2003, p.48).

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. Cartilha da inclusão escolar; Inclusão Baseada em Evidências Científicas. Rio Preto: ABDA, 2014.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.  
BRASIL. Constituição Federal (1988). Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- BRASIL. Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEB, 2014.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.
- BRASIL. Secretária de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CARVALHO, Rosita Edler. "Escola Inclusiva: a organização do trabalho pedagógico." Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, Tailândia: março de 1990.
- Declaração de Salamanca. Brasília, DF: UNESCO, 1994.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Garcia, M.A. de A.G (1994). Multiprofissionalíssimo e intervenção educativa: as escolas, os projetos e as equipas. Lisboa: Asa.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IMBERNÓN, F. Formação continuada de professores. Tradução de Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.
- Lei nº 15.830, de 15 de junho de 2015. Autoriza o Poder Executivo a limitar o número de alunos nas salas de aula do ensino fundamental e médio que

têm matriculados alunos com necessidades especiais. São Paulo, 2015.

LIB NEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. revista ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Priscilla Augusta, 1957. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercampo, 2006.

LIMA, S. M. de. Aprender para ensinar, ensinar para aprender, um estudo do processo de aprendizagem profissional da docência de alunos-já-professores. 2003. 321 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão Escolar; O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. O Desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008 a. p. 29-41.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. O Direito de Ser, Sendo Diferente, na Escola. Brasília, 2004.

MATTOS, G. G. F. Gestão democrática e inclusão escolar: um possível diálogo. Revista Educação em Foco, Juiz de Fora, p.1-18, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/6TextoRevistaEduca%C3%A7%C3%A3o-em-Foco-Gracielle-resumo-abstrat.pdf>. Acesso em 10/03/2017.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010. MITTLER, P. Educação inclusiva: Contextos sociais (Artmed, 2003).

NÓVOA, A. A formação de professores e a profissão docente. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006. NÓVOA, Antônio (Org). Vida de professores. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

Os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Brasília, Coordenadora Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, 1996.

PANIAGUA, G. (2004). As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. Em C. Coll, A. Marchesi & J. Palácios (Orgs.), Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais (pp. 330-346). Porto Alegre: Artmed.

Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 1996.

R. E. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2006b.p 19-32.

SANTOS, B. S. Entrevista com professor Boaventura de Souza Santos. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/docentes/jurandir/jurandir-boaven1.html>, 1995.

SILVA, Aline Maíra da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba : Ibpex, 2010. SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura/Ministério da Educação e Ciência da Espanha/Coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994.